

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.160 - PR (2019/0032460-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO - SP207267  
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -  
PE023748  
**AGRAVANTE** : ARLINDO DOS SANTOS  
**AGRAVANTE** : EVA DA SILVA DOS SANTOS  
**AGRAVANTE** : JORGE FERREIRA DA SILVA  
**AGRAVANTE** : LUIZ PEREIRA DE SOUZA  
**AGRAVANTE** : MARIA RITA SANTOS DE OLIVEIRA  
**AGRAVANTE** : VALDIR APARECIDO MULLER  
**ADVOGADOS** : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123  
CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668  
SANDRO RAFAEL BONATTO E OUTRO(S) - PR022788  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RAZÕES DISSOCIADAS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015.*

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim resumido:

*AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO DA EXECUTADA. NÃO ACOLHIMENTO. INSURGÊNCIA DESTA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. RECONHECIMENTO. INCIDÊNCIA INDEVIDA DE JUROS MORATÓRIOS SOBRE MULTA DECENDIAL. IDÊNTICA NATUREZA ACESSÓRIA E MORATÓRIA DOS INSTITUTOS. BIS IN IDEM. VEDAÇÃO. DECAIMENTO PARCIAL DA IMPUGNANTE.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO** (e-STJ fl. 112).

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos em aresto ementado nos termos a seguir reproduzidos:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SEGURO HABITACIONAL. IMPUGNAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. INSURGÊNCIA DA EXECUTADA. APELO PARCIALMENTE ACOLHIDO. OMISSÃO QUANTO A RESSALVA DA GRATUIDADE. OCORRÊNCIA. JUROS DE MORA E CLÁUSULA PENAL. DISTINÇÃO ESTABELECIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO** (e-STJ fls. 174/176).

Nas razões do especial, a recorrente alegou que o art. 412 do Código Civil foi violado, pois os juros de mora deveriam ser excluídos da base de cálculo da multa decendial.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 629).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 632/634), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 653/658 (e-STJ).

Impugnação às fls. 677/682 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido em virtude da ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido em razão dos seguintes fundamentos: **a)** ausência de interesse recursal; e **b)** incidência da Súmula 83/STJ, porque a jurisprudência do STJ seria pacífica quanto à impossibilidade de inclusão dos juros de mora na base de cálculo da multa decendial.

Nada obstante, no agravo em recurso especial, verifica-se que a ora agravante se limitou a alegar que a Súmula 83/STJ não incide em relação à legitimidade da CEF (matéria não abordada no recurso especial), citando precedente proferido como representativo de controvérsia que evidenciaria a

# Superior Tribunal de Justiça

responsabilização da referida instituição financeira.

Diante disso, constata-se que as razões do agravo encontram-se dissociadas do conteúdo do *decisum* contra o qual se dirigem.

Outrossim, a falta de ataque específico aos fundamentos da decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o art. 932, inciso III, do CPC/2015 (art. 544 do CPC/1973).

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente exarado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça:

*PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932. 1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932. 2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão. 3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais. 4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.*

*5. Embargos de divergência não providos.*

**(EAREsp 831.326/SP, CORTE ESPECIAL, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 30/11/2018)**

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

**Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator